

Renan cede às pressões da oposição

Para desobstruir a pauta, presidente aceita o pacote que acaba com as votações secretas

FERNANDO EXMAN
BRASÍLIA

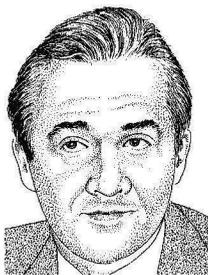
Encurralado, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), cedeu ontem em parte às pressões da oposição a fim de desobstruir a pauta. Para que a oposição passe a votar pelo menos parte das propostas que chegam ao plenário, Renan teve de aceitar dar prosseguimento à tramitação do pacote de projetos por meio do qual seus adversários querem acabar com sessões e votações secretas, assim como instituir o afastamento automático de parlamentares da Mesa Diretora, Conselho de Ética e presidências de comissões que respondem a processos por suposta quebra de decoro. "Não se trata de ir contra o Renan, mas de recuperar a imagem do Senado", disse o líder do DEM, José Agripino (RN).

Renan tenta reduzir a pressão do governo para que se licencie do cargo e facilite a aprovação de projetos de seu interesse. A manobra causou, no entanto, um constrangimento entre os senadores governistas. O acordo foi costurado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), com o líder do PSDB, Arthur Virgílio, e o líder do DEM sem a participação da líder do PT, Ideli Salvatti (SC). O episódio demonstra o distanciamento entre Renan e os petistas, que depois de terem trabalhado pela absolvição do presidente do Senado, reforçaram o coro da oposição e passaram a apoiar o afastamento de Renan do cargo.

Jucá anunciou que convocaria uma reunião de líderes partidários para tentar convencer a oposição a flexibilizar a obstrução. Voltou atrás. Para não embarçar Renan, preferiu conversar individualmente com os colegas. Os opositoristas recusam-se a participar de reuniões com o presidente do Senado, que enfrenta mais três representações no Conselho de Ética por suposta

falta de decoro. Renan foi absolvido, em sessão e votação secretas, do primeiro processo, segundo o qual teria recebido ajuda de um lobista para pagar a pensão de uma filha.

O projeto de resolução que garante a transparência de todas as sessões do Senado está pronto para ser votado. Só espera as cinco medidas provisórias serem apreciadas. Dormitam também no plenário duas propostas



José Agripino

de emendas constitucionais que acabam com a votação secreta na Casa. Uma delas, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), extingue a modalidade. A outra é do ex-senador Sergio Cabral (PMDB), atual governador do Rio.

O governo quer apressar a análise de nomeações de embaixadores e outras autoridades, como a do indicado para a presidência do Departamento

Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), Luiz Antonio Pagot. Mas a maior preocupação do Executivo é a votação da proposta de emenda constitucional (PEC 50/07) que prorroga a cobrança da CPMF até 2011. Hoje, a PEC tramita na Câmara. Lá, DEM e PSDB tentam obstruir a votação, seus destaques e emendas. A oposição também quer atrapalhar no Senado.

Comente esta reportagem no portal www.gazetamercantil.com.br